

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 04/2020

Referência:

Procedimento Administrativo nº 001966-
131/2020 - 1ª PJCDCCI-MP/PA

Procedimento Administrativo nº 000199-
125/2020 – MP/1ªPJ/DCF/DH

Procedimento Administrativo nº
1.23.000.000500/2020-43 – MPF/PR-PA/3ª Ofício

Procedimento Administrativo nº
1.23.000.000742/2020-37 – MPF/PR-PA/11ª Ofício

Procedimento Ministerial nº
001124.2020.08.000/2-23 – MPT/PRT-8ª/13ª Ofício

Procedimento Ministerial nº
000879.2020.08.0007-23 – MPT/PRT-8ª/13ª Ofício

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** pelos Promotores de Justiça da 1ªPF/DCF/DH de Proteção a Educação da Capital, 1ª PJCDCC de Icoaraci, pelos Procuradores da República e pelos Procuradores do Trabalho que esta subscrevem, no exercício das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos arts. 127 e 129, incisos II e III, da CR, pelo art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/1993, pelos artigos 5º, incisos I, alíneas “a”, “c” e “h”; II, alínea “d”; III, alínea “e”; V, alíneas “a” e “b”; e 6º, incisos VII, alínea “a” e “c”, e XX, da Lei Complementar 75/1993, bem como com fundamento no disposto na Lei 7.347/1985, observados os limites de suas atribuições:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CF/88, art. 129, II e III);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, como determinado no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atuar na proteção e defesa dos interesses sociais e difusos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal consagra em seu artigo 6º que são direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e ainda “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis” (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 6º, incisos VII, alínea “b”, e XX, da Lei Complementar n.º 75/1993);

CONSIDERANDO que a garantia do direito humano à educação, encartado no rol dos direitos fundamentais de natureza social (art. 6º, Constituição Federal), representa condição inafastável para a concretização dos fundamentos e dos objetivos da República Federativa do Brasil, nos termos definidos nos artigos 1º e 3º, da Constituição Federal, sobretudo da dignidade da pessoa humana e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, baseada no desenvolvimento nacional e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que sob o ponto de vista constitucional, no Brasil, a educação tem *status* de direito fundamental indisponível (art. 208, § 1º CR), notadamente no que tange à educação básica dirigida a crianças e adolescentes, dada a instituição do regime constitucional de proteção integral (MARQUES, 2004.461);

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do art. 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o art. 206 da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, dentre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, estabelece no art. 1º, que *“a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”*;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 211 c/c art. 24, IX, §1º, da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar seus respectivos sistemas de ensino com base em regime de colaboração no âmbito do qual compete à União legislar sobre normas gerais e exercer função redistributiva e supletiva, visando à garantia de equalização de oportunidades educacionais e do padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, realizada, sobretudo, por meio dos serviços suplementares indicados no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, em 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi informada da existência de aproximadamente vinte casos de pneumonia de causa desconhecida na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei, posteriormente sendo identificado como agente causador das pneumonias um novo tipo de Coronavírus, posteriormente denominado COVID-19, classificado, em 11 de março de 2020 como uma pandemia, em razão de sua distribuição geográfica internacional muito alargada e de sua transmissão sustentada de pessoa para pessoa, uma vez que presente em todos os continentes e na grande maioria dos

países, com centenas de milhares de casos confirmados e milhares de mortes em todo o mundo;

CONSIDERANDO que, em 30 de janeiro, o Governo Federal editou o Decreto Federal n.º 10.212/2020, que promulgou o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, realizada em 23 de maio de 2005;

CONSIDERANDO que, em 03 de fevereiro, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS n.º 188/2020, declarou que o surto do COVID-19 constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e, em 06 de fevereiro, foi publicada a Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do vírus;

CONSIDERANDO que, em 13 de março, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, editou a Nota Técnica n.º 9/2020-CGPROFI/DEPROS/SAPS/MS, que **veicula orientações de prevenção ao novo Coronavírus no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), haja vista que “as escolas são ambientes com a circulação de muitas pessoas”;**

CONSIDERANDO que em razão da pandemia da Covid-19, as atividades escolares foram suspensas em todo o país, e por conta da necessidade de reorganizar os calendários escolares de 2020, o Conselho Nacional de Educação – CNE aprovou, por unanimidade, no dia 28 de abril, as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n.º 800 de 31 de maio de 2020 Republicado em 14 de julho de 2020 (art. 23, parágrafo único), que determinou a suspensão das aulas presenciais nas unidades Escolares da Rede Pública e Privada de Ensino com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e do combate a propagação do Coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde;

CONSIDERANDO, ainda, a edição, no âmbito do Município de Belém, do Decreto Municipal n.º 95.955/2020, que declarou situação de emergência pública

nesta capital em razão da pandemia do COVID-19 e, posteriormente, a edição do Decreto Municipal n.º 95.968/2020, que declarou estado de calamidade pública em razão do aumento do número de casos de COVID-19;

CONSIDERANDO que dentre as medidas previstas pelo Município de Belém para contenção da pandemia foi anunciada a suspensão das aulas presenciais, inicialmente, pelo período de 15 dias, prazo este posteriormente prorrogado por tempo indeterminado por meio do Decreto Municipal n.º 96.190/2020;

CONSIDERANDO que, desde o dia 18 de março de 2020, as atividades presenciais da rede municipal de ensino de Belém estão suspensas em decorrência da COVID-19, a fim de evitar a propagação do vírus e visando a proteção dos colaboradores, servidores, alunos e comunidade escolar;

CONSIDERANDO que, o Estado do Pará apresenta ainda indicadores elevados, que ultrapassam a marca de 154.685 casos confirmados, em 30/07/2020, e com infeliz número de 5.728 óbitos, já tendo ultrapassado o número de mortos de diversos países, onde a população é ainda maior;

CONSIDERANDO que a suspensão de aulas presenciais, por conta da pandemia causada pelo novo coronavírus, é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde e de autoridades sanitárias nacionais, também acatada pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria MEC 343, de 17 de março de 2020, que tratou da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 196 da Constituição Federal, segundo o qual “a saúde é **direito de todos e dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que **visem à redução do risco de doença e de outros agravos** e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, par. 1º, da Lei n.º 13.979/2020, que dispõe “*sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”, segundo o qual as medidas de isolamento e de quarentena previstas no

mencionado dispositivo legal **“somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde”**, motivo porque a revogação ou suspensão de referidas medidas somente poderão ser baseadas, igualmente, em evidências científicas;

CONSIDERANDO a necessidade de que as ações administrativas tendentes à flexibilização e retomada das atividades consideradas não essenciais no contexto da pandemia sejam precedidas de estudo técnico devidamente embasado em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, vigilância sanitária, mobilidade urbana, segurança pública e assistência social, levando em consideração a análise de dados e peculiaridades econômicas, sociais, geográficas, políticas e culturais do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que no âmbito de matérias com especialidade técnico-científicas, como a educação e a saúde, no que se refere à observância de normativas científicas, não há espaço para o mérito administrativo e que a discricionariedade técnica só tem lugar quando há mais de uma opção técnico-científica de solução do problema, o que portanto, considerando a transversalidade da questão, devem ser consideradas na construção do planejamento da futura retomada das aulas exposições fundamentadas em estudos técnico-científicos;

CONSIDERANDO que, nos termos da MP n.º 966/2020 e do decidido pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião da apreciação de medida cautelar no âmbito das ADIs 6421, 6422, 6424, 6425, 6427, 6428 e 6431 MC, **constitui erro grosseiro a adoção de medidas de flexibilização violadoras do direito à vida, à saúde, ao meio ambiente equilibrado ou impactos adversos à economia, assim consideradas aquelas adotadas em inobservância: (i) de normas e critérios científicos e técnicos; ou (ii) dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção;**

CONSIDERANDO a convocação dos profissionais da educação para o retorno às atividades presenciais, emitida pela Secretaria de Educação do Município de Belém, através do Ofício Circular n.º 007/2020-GABS, direcionado aos gestores das escolas municipais, coordenadores de UEI's e de UP's do Município de Belém, o qual dispõe, em seu item 7: **“a partir do dia 31/07/2020 todos os servidores do grupo magistério (gestores, técnicos e professores) retomam o cumprimento de seus expedientes de trabalho presenciais...”**, no contexto da pandemia, em momento em

que os critérios técnicos e científicos nacionais e internacionais indicam ainda a existência de sérios riscos à vida e à saúde das pessoas, representa erro grosseiro do agente público, podendo sujeitá-lo à responsabilização civil e administrativa, nos termos do art. 1º da Medida Provisória n.º 966/2020;

CONSIDERANDO que, ao contrário do Município de Belém, que não apresentou nenhuma evidência científica, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no dia 20 de julho de 2020, publicizou estudo sobre o retorno às atividades escolares no Brasil, apresentando inúmeros dados e gráficos fazendo análise da situação, tendo **concluído que as atuais condições sanitárias não permitem a reabertura das Escolas com segurança;**

CONSIDERANDO que a FIOCRUZ também elaborou o *Manual Sobre Biossegurança para Reabertura de Escolas no Contexto da Covid-19*, apontando **diversos requisitos e protocolos a serem cumpridos pelos estabelecimentos educacionais**, não havendo, até o presente momento, qualquer **comprovação de que as escolas do Município de Belém, estejam se adequando a esses protocolos, a fim de que a reabertura ocorra de acordo com os devidos padrões de segurança**, esperados para alunos, professores e demais colaboradores que integram a comunidade escolar;

CONSIDERANDO que a citada Fundação Oswaldo Cruz, por sua inegável excelência científica, amplamente reconhecida nacional e internacionalmente, publicou, ainda, estudo alertando sobre **o perigo de que mais de 900.000 (novecentas mil) pessoas necessitem de UTI e que mais de 35.000 (trinta e cinco mil) mortes** sejam causadas pelo retorno das aulas presenciais em todo o país, **levando em consideração idosos e portadores de diabetes que convivem na mesma casa ao menos com uma pessoa de 3 a 17 anos**, público alvo do possível retorno prematuro das atividades escolares presenciais;

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Belém, o Sr. Zenaldo Rodrigues Coutinho, e à Secretária Municipal de Educação, a Sr.ª Maria do Perpétuo Socorro F. de Aquino Coutinho, **que MANTENHAM AS MEDIDAS RESTRITIVAS DE ISOLAMENTO NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL, com a manutenção dos profissionais da educação, citados no Ofício Circular nº 7/2020-GABS, em regime de teletrabalho e, em havendo necessidade de reuniões de trabalho, sejam estas realizadas via plataformas digitais, tudo com o objetivo de**

resguardar a saúde dos trabalhadores da Educação, assegurando o distanciamento social necessário para evitar a propagação do novo Coronavírus, se abstendo de promover o retorno das atividades presenciais até que haja evidências científicas, por parte de autoridade médica e/ou sanitária, no sentido de que é possível a retomada das referidas atividades presenciais de forma segura, mediante relatórios e pesquisas de impacto do pós-veraneio, no mês de julho/2020, quanto ao grau de contaminação e quanto à estrutura de saúde para combate à COVID19, bem como de plano estrutural na rede de ensino, com diagnóstico da situação, alternativas de solução do problema e demais elementos resolutivos enfrentados nesse tempo pandêmico, com participação ou análise pelo Ministério Público em atuação conjunta.

RECOMENDA, ainda que, para a efetiva elaboração do planejamento de retorno às atividades presenciais, sejam observados todos os princípios e normas da gestão democrática do ensino, conforme o art. 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo imprescindível a participação dos professores, bem como de toda a comunidade escolar para a construção do referido documento;

Fica estabelecido o **PRAZO DE 48 HORAS** para o envio ao Ministério Público do Estado do Pará, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho de todas as informações relativas ao atendimento às medidas previstas nesta **RECOMENDAÇÃO**, nos termos do art. 27, parágrafo único, IV da Lei n.º 8.625/1993.

Belém, 06 de agosto de 2020.

IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES

1ª Promotora de Justiça de Direitos
Constitucionais Fundamentais
e dos Direitos Humanos, em exercício

FÁBIA DE MELO-FOURNIER

3ª Promotora de Justiça de Direitos
Constitucionais Fundamentais
e dos Direitos Humanos

DARLENE RODRIGUES MOREIRA

1ª Promotora de Justiça Cível e de Defesa
Comunitária e da Cidadania de Icoaraci

SILVIA BRANCHES SIMÕES

3ª Promotora de Justiça da
Infância e Juventude de Belém

MAURÍCIO ALMEIDA GUERREIRO DE FIGUEIREDO

1º Promotor de Justiça da
Infância e Juventude de Belém

SANDOVAL ALVES DA SILVA

Procurador do Trabalho –
PRT/8ª Região – Belém

FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA

Procurador da República – PR-PA

NICOLE CAMPOS COSTA

Procuradora da República – PR-PA